

## Prefácio

«Esta sala é a nossa cara... e mesmo a nossa forma de vestir e tudo... está tudo adequado». De entre as citações relativas às entrevistas realizadas por Maria Assunção Gato a habitantes do Parque das Nações, esta é talvez a que melhor ilustra aquele que foi o ponto de partida para o seu trabalho de investigação: associar as questões relativas ao habitar às questões relativas aos consumos, considerando a casa não só como o contenedor que recebe a maioria dos objetos consumidos pelas famílias, mas também como um objeto de consumo em si mesmo. Um alargamento da escala de análise permitiu-lhe complexificar esse ponto de partida, que passou a pensar o espaço urbano envolvente também enquanto objeto de consumo («A investigação situou-se, então, entre o consumo do espaço público e o consumo do espaço doméstico»). Esta formulação conceptual de partida obrigou-a a associar num mesmo trabalho de investigação dossiês teóricos que, no caso da antropologia portuguesa, nunca haviam sido mobilizados em conjunto. Na minha opinião, é aí, nessa disponibilidade inicial para integrar – na pesquisa teórica, na etnografia e na sua interpretação – uma quantidade alargada de dimensões, que se situa a força deste livro. Os estudos antropológicos sobre consumo surgiram em Portugal no fim da década de 1990 tendo os seus resultados vindo a tornar-se públicos ao longo da primeira década do século XXI.<sup>1</sup>

Seguindo autores que preconizaram a chegada dos estudos da cultura material às sociedades ditas de consumo – ou seja, às mercadorias –, esses trabalhos centraram-se, empírica e conceptualmente, no interior do espaço da casa, fazendo por vezes incursões nos espaços exteriores, nomeadamente nos dedicados ao comércio. Nesse contexto de produção disci-

---

<sup>1</sup> No texto «Things we see: portuguese anthropology on material culture» (Etnográfica 2010) procurei fazer um enquadramento dos estudos contemporâneos sobre cultura material.

plinar nacional, Maria Assunção Gato propôs-se complexificar, a partir de uma investigação original, a temática que já então estava a ser trabalhada, acrescentando-lhe questões relativas às novas dinâmicas de construção do espaço urbano (socorrendo-se para isso de autores vindos de outros campos disciplinares, como os da geografia, da sociologia, do urbanismo ou mesmo dos estudos culturais). A noção de identidade – utilizada tanto pela antropologia como pelas disciplinas referidas – surge ao longo do trabalho como aquela que, na multiplicidade de formulações a que vai sendo sujeita (dentro de um arco que vai das identidades coletivas às identidades individuais), permite coser as diferentes escalas de abordagem: é através das relações que os entrevistados estabelecem com os objetos de uso pessoal, com os objetos domésticos, com a casa e com o espaço do Parque das Nações que, ao longo do livro, se vão apresentando as negociações que dão existência às suas múltiplas identidades.

O espaço residencial construído nos terrenos onde decorreu a Expo'98 reproduziu em Portugal uma dinâmica de reabilitação de zonas industriais degradadas já experimentada em outras cidades portuárias. No âmbito de uma progressiva consciência da atual mercadorização do mundo, essas reabilitações, que nalgumas das suas componentes se aproximaram dos processos de gentrificação que alteraram muitos centros históricos, conduziram a discussões, tanto políticas como académicas, em torno do estatuto de espaços públicos que se foram tornando também eles numa mercadoria. O trabalho de Maria Assunção Gato, atento a essas discussões, parte «[...] do pressuposto de que o espaço físico pode ser entendido como objeto de consumo e, enquanto tal, é suscetível de possuir um conjunto de significações que reenviam para as representações identitárias dos sujeitos, bem como para os seus processos comunicativos e diferenciadores [...]», para, através da feitura de uma etnografia que pressupõe o entendimento das relações entre o espaço doméstico e o espaço envolvente, tentar «[...] perceber a natureza das motivações que levaram um vasto conjunto de pessoas a eleger o Parque das Nações como o seu espaço residencial».

A investigação veio a revelar que as motivações se prendem, no essencial, com a possibilidade de adoptar um estilo de vida (baseado no usufruto de um espaço público de qualidade situado numa frente de rio) concebido pelos próprios entrevistados como distintivo. O trabalho etnográfico acabou assim por recair sobre um conjunto de pessoas que a autora coloca no interior das denominadas «novas classes médias» – concebidas como «novos segmentos dentro daquela que é a maior e mais

heterogénea das classes». No contexto português, o surgimento desses processos de segmentação da classe média foi tardio (como foi tardio o aparecimento da própria classe média) e, pressupõe-se (os estudos existentes não chegam para nos dar certezas), desenrolam-se segundo mecanismos específicos que, pelo menos em parte, se explicam pelo facto de a segmentação ter surgido no interior de uma classe média ainda com pouca profundidade geracional. Nesse sentido, o livro aqui apresentado revela-se precioso, porque ao fazer uma aproximação aos microprocessos de distinção social que estão na base do referido processo de segmentação nos ajuda a compreendê-lo. O que nele se demonstra é que quanto mais descemos na escala de análise mais os processos de diferenciação identitária se manifestam e mais a homogeneidade da classe média se apresenta como um fenómeno de superfície. Espacialmente, as divisões entre Zona Norte e Zona Sul, Frente de Rio e Traseiras, Concelho de Lisboa e Concelho de Loures permitem a operacionalização de micro-hierarquias simbólicas que depois são duplicadas (ou contestadas) por outras, baseadas nas valorizações simbólicas de algumas práticas que implicam o coletivo (dizer ou não dizer «bom dia» aos vizinhos, parar ou não parar o carro em cima do passeio, separar ou não separar os lixos...). Tudo leva a crer que as valorizações dessas práticas – que surgem, frequentemente, associadas às valorizações dos consumos culturais – integram os níveis menos visíveis e mais subtis de negociações simbólicas que, no essencial, se referem ainda às materializações visíveis do capital económico.

Filomena Silvano  
FCSH-UNL/CRIA